



**ACÓRDÃO Nº1708/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11719/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Túlio Cáceres Kniphoff (Ordenador de Despesa), Lúcio Flávio do Rosário (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Fabio Moraes Castello Branco - OAB/AM 4603.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1696/2020-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. Exercício de 2018.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Irregularidade. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas**, com fulcro no art. 1º, inciso II, art. 22, II, da Lei n. 2423/1996 – LOTCE, art. 18, II, da Lei Complementar n. 6/1991, c/c o art. 188 §1º, II, da Resolução n. 04/2002 – RITCE, as contas do Sr. **Lúcio Flávio do Rosário**, gestor da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS no período de **1/1/2018 a 5/4/2018**, conforme fundamentação do voto;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Lúcio Flávio do Rosário**, gestor da ADS, no período de 1/1/2018 a 5/4/2018, no valor de **R\$5.000,00** (cinco mil reais), que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em razão da restrição nº 3 constante na Notificação nº 173/2019 (fls. 204–210), nos termos do inciso VII do art. 54 da Lei nº 2.423/96, c/c inciso VII do art. 308 da Resolução nº 4/02 – TCE/AM, conforme fundamentação do voto.



**ACÓRDÃO Nº1708/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Julgar irregular**, com fulcro no art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea "b", da Lei nº 2.423/96, as contas do Sr. **Túlio Cáceres Kniphoff**, gestor da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS no período de 6/4/2018 a 31/12/2018, conforme fundamentação do voto;

**10.4. Aplicar Multa** ao Sr. **Túlio Cáceres Kniphoff**, gestor da ADS no período de **6/4/2018 a 31/12/2018**, no valor de **R\$5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), em razão do atraso no envio dos balancetes mensais dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018 (restrição nº 1 da Notificação nº 174/2019, fls. 211–219), e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE", no valor de **R\$1.706,80** por cada mês de atraso, com base na alínea "a" do inciso I do art. 54 da Lei nº 2.423/96, c/c alínea "a" do inciso I do art. 308 da Resolução nº 4/02 – TCE/AM, conforme fundamentação do voto. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de



**ACÓRDÃO Nº1708/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.5. Aplicar Multa** ao Sr. **Túlio Cáceres Kniphoff**, gestor da ADS no período de 6/4/2018 a 31/12/2018, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”, em razão da restrição não sanada apontada no item 114 da fundamentação (divergência encontrada entre o saldo de caixa e equivalente de caixa), com base no art. 54, VI, da Lei nº 2423/96, c/c art. 308, VI, da Resolução nº 4/2002, conforme fundamentação do voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Considerar em Alcance** o Sr. **Túlio Cáceres Kniphoff**, gestor da ADS no período de 6/4/2018 a 31/12/2018, e o **glosar no valor de R\$ 39.718,98** (trinta e nove mil, setecentos e dezoito reais e noventa e oito centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da glosa em relação à impropriedade constante no item 114 da fundamentação do voto (divergência encontrada entre o saldo de caixa e equivalente de caixa), na esfera Estadual para o órgão Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a



**ACÓRDÃO Nº1708/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2.423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.7. Recomendar** à Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS que mantenha atualizado o cadastro de responsáveis junto ao Tribunal de Contas, especialmente quando do envio da prestação de contas anual (item 83 da fundamentação), promova o devido reconhecimento patrimonial da depreciação dos bens imóveis (item 103 da fundamentação) e realize concurso público visando contratar servidores (item 129 da fundamentação);

**10.8. Dar ciência** do voto e da posterior decisão plenária aos interessados, Srs. **Lúcio Flávio do Rosário** e **Túlio Cáceres Kniphoff**, e aos seus procuradores;

**10.9. Arquivar** os autos, expirados os prazos legais.

**11- Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de outubro de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº1708/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA em 20/10/2022.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 05C512FC-EEEE7150-E98D2076-84DFD9D5